



ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

I - DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. OBJETO

Aquisição e instalação de Playground, balanços duplos, escorregador, gangorra duas pranchas e carrosséis, para as Escolas da rede Municipal de Ensino e para praças do interior e da cidade, deste Município, conforme as seguintes especificações:

Item	Quant.	Unidade	Descrição
01	02	Un	Playground colorido confeccionado em colunas de estrutura metálica revestido com madeira plástica ou de madeira plástica com reforço interno tipo cruzeta com medida mínima de 9 x 9 cm, com cantos arredondados e acabamento em Polipropileno e Polietileno pigmentado na cor itaúba, com telhado tipo pirâmide em fibra de vidro ou em plástico rotomoldado. Medida mínima do Playground deverá ser de 6,200 m por 6,800 m de extensão e 3,00 m de altura. Contendo no mínimo 1,00 torre com cobertura formato redonda, com cobertura superior confeccionada em fibra de vidro ou em plástico rotomoldado, com medida mínima 1,00 x 1,00 e altura mínima de 1,20 m, e assoalho em madeira plástica. Contendo um jogo da velha composto por 9 cilindros em plástico remoldado colorido, com letras "X" e "O" na cor preta, suporte de fixação do jogo da velha terá uma proteção de tubo de aço de 2". Contendo uma estrutura de aço tubular tipo pêndulo que ligará uma torre a um balanço, assento de fibra automotiva 3mm de espessura, abas com 15mm de altura, com 150mm de largura e 400mm em comprimento. Contendo 1 tobogã em plástico rotomoldado com 2 curvas de no mínimo 90º x 80mm de diâmetro, fixado a torre com painel de plástico rotomoldado e fixado ao piso com seção de saída dupla em plástico rotomoldado fechado, ou seja, um escorrega tubo. Contendo também 1 escada de metal com tubos 2" com 6 degraus, medindo no mínimo 1000mm de comprimento por no mínimo 600mm de largura, corrimão em aço tubular duplo de 1" e proteção em aço tubular de 1". Contendo 1 escorregador reto em plástico rotomoldado com 2,90m de comprimento. O mesmo deverá respeitar a composição de polietileno de média densidade e polietileno pigmentado, com aditivo UV que garante a coloração original mesmo que exposto ao tempo. Os





			fechamentos deverão ser em plástico remoldado. A instalação bem como fixação seguir especificação do item 5.1  Imagem ilustrativa COTA RESERVADA, exclusiva à participação de empresas beneficiadas pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006
02	10	Un	Playground colorido confeccionado em colunas de estrutura metálica revestido com madeira plástica ou de madeira plástica com reforço interno tipo cruzeta com medida mínima de 9 x 9 cm, com cantos arredondados e acabamento em Polipropileno e Polietileno pigmentado na cor itaúba, com telhado tipo pirâmide em fibra de vidro ou em plástico rotomoldado. Medida mínima do Playground deverá ser de 6,200 m por 6,800 m de extensão e 3,00 m de altura. Contendo no mínimo 1,00 torre com cobertura formato redonda, com cobertura superior confeccionada em fibra de vidro ou em plástico rotomoldado, com medida mínima 1,00 x 1,00 e altura mínima de 1,20 m, e assoalho em madeira plástica. Contendo um jogo da velha composto por 9 cilindros em plástico remoldado colorido, com letras "X" e "O" na cor preta, suporte de fixação do jogo da velha terá uma proteção de tubo de aço de 2". Contendo uma estrutura de aço tubular tipo pêndulo que ligará uma torre a um balanço, assento de fibra automotiva 3mm de espessura, abas com 15mm de altura, com 150mm de largura e 400mm em comprimento. Contendo 1 tobogã em plástico rotomoldado com 2 curvas de no mínimo 90º x 80mm de diâmetro, fixado a torre com painel de plástico rotomoldado e fixado ao piso com seção de saída dupla em plástico rotomoldado fechado, ou seja, um escorrega tubo. Contendo também 1 escada de metal com tubos 2" com 6 degraus, medindo no mínimo 1000mm de





			comprimento por no mínimo 600mm de largura, corrimão em aço tubular duplo de 1" e proteção em aço tubular de 1". Contendo 1 escorregador reto em plástico rotomoldado com 2,90m de comprimento. O mesmo deverá respeitar a composição de polietileno de média densidade e polietileno pigmentado, com aditivo UV que garante a coloração original mesmo que exposto ao tempo. Os fechamentos deverão ser em plástico remoldado. A instalação bem como fixação seguir especificação do item 5.1  Imagem ilustrativa COTA DE AMPLA PARTICIPAÇÃO (Cota Principal)
03	22	Un	Balanco duplo, fabricado com tubo de aço de 2" x 2,65 e 1 1/2" x 2,65 com 02 banquinhos e 01 cadeirinha em madeira de itaúba, correntes galvanizadas de 5mm e fixadores "castanhas" para maior segurança e não haver desgaste nos elos da corrente. Pintura em esmalte industrial e fundo anti - corrosivo. Medindo comprimento 2m 70cm, largura 2m, altura 2m. Ideal para crianças de até 12 anos. Área de circulação: 3,50m x 3,50m. A instalação bem como fixação seguir especificação do item 5.1





			 Imagem ilustrativa ITEM EXCLUSIVO À PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS BENEFICIADAS PELA LC Nº 123/2006
04	11	Un	Escorregador, fabricado com calha em madeira plástica de itaúba com 40cm de largura por 15cm de altura e 3mts de comprimento, pintado com tinta esmalte transparente marítimo, montado com parafusos zincados. Possui o pé em tubo 7/8 escadas em tubo metalon 20x50x2mm, degraus em tubo metalon 20x40x2mm e corrimão em tubo 7/8" x 2mm. Medindo: comprimento 3,90cm, largura 1m 20cm, altura 3m, soldado com solda mig, pintura em esmalte industrial e fundo anti-corrosivo. Ideal para crianças de 04 à 12 anos. A instalação bem como fixação seguir especificação do item 5.1 

Doe órgãos, doe sangue: **SALVE VIDAS!**





			Imagem ilustrativa ITEM EXCLUSIVO À PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS BENEFICIADAS PELA LC Nº 123/2006
05	20	Un	Gangorra 2 pranchas com estrutura em tubos quadrados de ferro e assentos em fibra A instalação bem como fixação seguir especificação do item 5.1  Imagem ilustrativa ITEM EXCLUSIVO À PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS BENEFICIADAS PELA LC Nº 123/2006
06	12	Un	Carrossel - Gira gira: Brinquedo fabricado em tubos de,3,5 X 2,65; 2 1/2 X2,65; 7/8 X2 e assentos em fibra colorida, com pintura PU (tinta a base de poliuretano) de 20cm X 75cm, acabamento em polipropileno e polietileno, fixados com parafuso francês zincado, possuindo um rolamento côncavo de 60 e outro blindado de 25mm. Pintado com tintas esmalte industrial e fundo anti corrosivo. Medindo 1,90 m de diâmetro e 80 cm de altura. Área de circulação 2,50 X 2,50 m. A instalação bem como fixação seguir especificação do item 5.1  Imagem ilustrativa ITEM EXCLUSIVO À PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS BENEFICIADAS PELA LC Nº 123/2006

1.2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

Doe órgãos, doe sangue: **SALVE VIDAS!**





1.2.1.O prazo de vigência da contratação é até 31 de dezembro de 2024, prorrogável na forma do art. 107, da Lei nº 14.133/2021.

1.3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS/ SERVIÇOS

1.3.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens ou serviços comuns (art. 6º, inciso XIII Lei nº 14.133/2021) cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

II - DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO, DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

2.1. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A aquisição e instalação de Playground, balanços duplos, escorregador, gangorra duas pranchas e carrosséis, se faz necessário para recreação das crianças em um ambiente com brinquedos que propõe segurança e diversão, fazendo com que eles tenham um espaço próprio feito para eles aproveitarem nos momentos que forem brincar, realizando melhorias nos parquinhos das escolas e praças do nosso município, muitos dos brinquedos existentes já estão se deteriorando devido a ação do tempo sendo necessário sua substituição.

III - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

Tendo em vista a necessidade de aquisição de Playground, balanços duplos, escorregador, gangorra duas pranchas e carrosséis para as Escolas da Rede Municipal de Ensino e para praças do interior e da cidade, a solução pretendida será a aquisição através de processo licitatório, na modalidade Pregão, de forma Eletrônica.

IV - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

O objeto da presente aquisição são Playground, balanços duplos, escorregador, gangorra duas pranchas e carrosséis para as Escolas da Rede Municipal de Ensino e para praças do interior e da cidade, e para a prestação dos serviços/fornecimento de bens pretendidos os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação.

V - DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

Os produtos deverão atender as especificações e serem entregues e instalados, bem como fixados em base de concreto quando necessário nos locais especificados, pela empresa vencedora na licitação. Os reparos referentes a instalação dos equipamentos serão de responsabilidade da empresa vencedora. O setor de engenharia municipal avaliará a devida fixação dos equipamentos de modo com que a estrutura fique perfeitamente fixada, sem problemas de desabamento. A empresa

Doe órgãos, doe sangue: **SALVE VIDAS!**





vencedora da licitação deverá fazer a devida fixação das colunas de estrutura sobre uma base de concreto que forneça segurança, de modo que a estrutura fique totalmente fixa e não apresente perigo. Todo e qualquer dano referente a instalação será de responsabilidade da empresa contratada. Levando em consideração as condições climáticas a empresa terá o prazo de no máximo 60 (sessenta) dias para concluir a instalação total nos locais especificados. Deve ser feito contato com a Secretaria de Educação para agendamento da entrega, com a Assessor Pedagógico, Márcio Witczak.

É de responsabilidade da Adjudicatária/Contratada a entrega e instalação do objeto no endereço indicado.

Após a assinatura do Contrato, a Contratada fornecerá os produtos ora licitados de acordo com as Requisições de Entrega de Mercadorias.

Na Requisição de Entrega de Mercadorias constarão os itens solicitados e a quantidade respectiva, devendo o licitante contratado providenciar a entrega e instalação dos produtos solicitados e deixá-los à disposição do Município no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

O Município poderá, no interesse público, adquirir quantidades inferiores às licitadas.

5.2. DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

5.2.1. DO PRAZO

Prazo de entrega e instalação de até 60 (sessenta) dias, a contar da data de recebimento da requisição de mercadorias, que será enviada por e-mail ou outro meio de contato que tenha sido previamente disponibilizado pela ADJUDICATÁRIA.

5.2.2. LOCAL: Os Locais para entrega e instalação e fixação dos brinquedos são os seguintes:

Local	Produto	Endereço
EMCM Caminhos Inovadores	2 ESCORREGADORES 1 PLAYGROUND	Travessa Natal, 276 – Bairro São Francisco
EMEF Francisco Sales Guimarães	1 PLAYGROUND	Rua Senador Salgado Filho, 514 – Bairro Planalto
EMEF São Caetano	2 BALANÇOS	São Caetano (Interior)
EMEI São Mateus – Extensão São Francisco	1 PLAYGROUND	Travessa Natal – Bairro São Francisco
EMEI Tesouro das Acácias – Extensão Castelo	1 PLAYGROUND	Rua Alfredo Hehn, s/n – Bairro Jardim das Acácias
Praça Bairro Oriental	1 PLAYGROUND, 1 CARROSSEL, 1 BALANÇO E 1 ESCORREGADOR.	Rua Santa Helena, Bairro Oriental
Praça Bairro Jardim das Acácias	1 ESCORREGADOR, 1 BALANÇO E 1 CARROSSEL.	Rua Carlos Bretin, Bairro Jardim das Acácias
Praça Bairro Castelo Branco –	1 PLAYGROUND, 2 BALANÇOS, 1 CARROSSEL, 2 GANGORRAS E 1 ESCORREGADOR.	Rua Santa Luzia, Bairro Castelo Branco





Praça Loteamento Santa Maria	1 PLAYGROUND, 2 BALANÇOS, 1 CARROSSEL, 2 GANGORRAS E 1 ESCORREGADOR.	Rua Horizontalina, Bairro 29
Praça Bairro Santa Rita – Rua Carlos Chagas, Bairro Santa Rita.	2 GANGORRAS, 1 CARROSSEL E 1 BALANÇO.	Rua Carlos Chagas, Bairro Santa Rita.
Praça Poliesportivo	1 PLAYGROUND, 1 CARROSSEL, 2 GANGORRAS E 1 BALANÇO.	Avenida Avaí
Bairro Promorar	1 GANGORRA, 1 BALANÇO E 1 ESCORREGADOR.	Rua Santo André, Bairro Promora
Praça Vila Manchinha	1 PLAYGROUND, 2 BALANÇOS, 1 CARROSSEL, 2 GANGORRAS E 1 ESCORREGADOR.	Rua Frederico Lenz, Distrito de Manchinha
Praça Vila Consolata	1 CARROSSEL, 2 GANGORRAS, 2 BALANÇOS E 1 ESCORREGADOR	Rua Guarani, Distrito de Consolata
Praça Vila Quaraim	1 PLAYGROUND, 1 BALANÇO E 1 GANGORRA	Rua Nossa Senhora Aparecida, Distrito de Quaraim.
Praça Bairro Planalto	2 GANGORRAS, 1 CARROSSEL, 1 BALANÇO E 1 GANGORRA.	Rua Luiz Bonamigo, Bairro Planalto.
Praça Vila Progresso	1 GANGORRA, 1 CARROSSEL, 1 BALANÇO E 1 GANGORRA	Av. Três de Maio, Distrito de Progresso
Praça Bela Vista	1 PLAYGROUND, 2 BALANÇOS, 1 CARROSSEL, 2 GANGORRAS E 1 ESCORREGADOR	Rua sem denominação, próximo a rodovia do desenvolvimento, interior.
Praça Bairro Moinhos de Vento	1 PLAYGROUND, 2 BALANÇOS, 1 CARROSSEL, 2 GANGORRAS E 1 ESCORREGADOR	Rua das Cerejeiras, Bairro Moinhos de Vento.

5.2.3. HORÁRIO: O objeto deste Termo de Referência deverá ser entregue, em dias úteis, no horário das 8h às 11h e das 13h30min às 16h.

5.3. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

5.3.1. São obrigações do MUNICÍPIO:

- Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, de acordo com este Contrato e seus anexos;
- Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Contrato e no Termo de Referência;
- Notificar a **CONTRATADA**, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ela substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

Doe órgãos, doe sangue: **SALVE VIDAS!**





d) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela **CONTRATADA**;

e) Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

f) Efetuar o pagamento à **CONTRATADA** do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

g) Aplicar à **CONTRATADA** sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

h) Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria-Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela **CONTRATADA**;

i) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

i.1) A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

j) Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela **CONTRATADA** no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

l) Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, se houver.

m) Comunicar a **CONTRATADA** na hipótese de posterior alteração do projeto pelo **MUNICÍPIO**, no caso do art. 93, § 2º, da Lei nº 14.133/21.

5.3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **CONTRATADA** com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da **CONTRATADA**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

5.4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.4. A **CONTRATADA** deve cumprir todas as obrigações constantes no Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

a) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

b) Descarregar e acomodar os produtos/itens/materiais/ peças em local indicado no momento da realização da(s) entrega(s).

c) Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas do contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;





d) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

e) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a atuação da fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Município, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos.

f) Efetuar comunicação ao **MUNICÍPIO**, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do objeto no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

g) Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.

h) Quando não for possível a verificação da regularidade junto às fazendas públicas, a **CONTRATADA** deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede da Contratada;
- Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

i) Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Município;

j) Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

l) Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo **MUNICÍPIO** ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto contratado.

m) Paralisar, por determinação do **MUNICÍPIO**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

n) Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

o) Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.





p) Submeter previamente, por escrito, ao **MUNICÍPIO**, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

q) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

r) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

s) Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

t) Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

u) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

v) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

x) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do **MUNICÍPIO**.

5.6. DA SUBCONTRATAÇÃO

5.6.1. Não é permitida a subcontratação do objeto deste Termo de Referência.

VI - DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

6.1.1 O recebimento dos produtos será acompanhado e fiscalizado por servidor especialmente designado pela Secretaria solicitante da Prefeitura Municipal de Três de Maio – RS.

6.1.2. A fiscalização será exercida no interesse da Prefeitura Municipal de Três de Maio – RS e não exclui nem reduz a responsabilidade da Adjudicatária/Contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

6.1.3. O Município se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte os produtos entregues, se em desacordo com as especificações do objeto.

6.1.4. Quaisquer exigências da Fiscalização do Contrato inerentes ao objeto do contrato deverão ser prontamente atendidas pela Contratada.

6.1.5. O licitante vencedor terá o prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da convocação, para devolução, do contrato assinado.





6.1.6. A Adjudicatária/Contratada deverá fornecer produtos de boa qualidade, de acordo com as especificações constantes na Tabela (item 1.1. Objeto) deste Termo de Referência.

6.1.7. A Adjudicatária/Contratada responde, civil e penalmente, por quaisquer danos materiais ou pessoais ocasionados, à Administração e/ou terceiros, por seus empregados, dolosa ou culposamente, e deve comunicar imediatamente, por escrito, à Contratante, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional.

VII - DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. DA APLICAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

7.1.1. O objeto contratado será recebido provisoriamente pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

7.1.2. A entrega poderá ser rejeitada, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

7.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá de forma tácita 30 (trinta) dias corridos, após o recebimento provisório, após a verificação da qualidade do serviço executado e consequente aceitação.

7.1.4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pelo fornecimento do objeto licitado, nem a ético-profissional pela perfeita execução deste objeto.

7.1.5. A Secretaria de Educação, Cultura e Esporte designa como responsável para o recebimento dos Playground, balanços duplos, escorregador, gangorra duas pranchas e carrosséis, o qual detém expertise para avaliar os itens e realizar tarefas de fiscalização do contrato, o servidor:

Nome	Cargo
Márcio Witczak	Assessor Pedagógico

7.2. DO PAGAMENTO E REAJUSTAMENTO

7.2.1. O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias após a apresentação da Nota Fiscal detalhando o objeto fornecido, com o devido recebimento e a aprovação do fiscal do contrato, de acordo com o empenho, por meio de depósito bancário.

7.2.2. O pagamento somente será realizado em conta de pessoa jurídica, sendo vedado o depósito em conta pessoa física.

7.2.3. A **CONTRATADA** que não se enquadre como optante do Simples Nacional/MEI deverá observar as regras da IN RFB nº 1.234/2012 em todos os documentos fiscais emitidos para o Município de Três de Maio, inclusive quanto ao correto destaque do valor e da alíquota do IR a ser retido em observância a IN RFB nº 1.234/2012.

7.2.4. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.2.5. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.





7.2.6. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.2.7. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o **MUNICÍPIO** pagará à **CONTRATADA** a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

7.2.8. Fica a **CONTRATADA** obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que ocorrer.

7.2.9. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.2.10. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.2.11. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

VIII - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. MODALIDADE, TIPO DE LICITAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

8.1.1. Com base na natureza e nos valores estimados do objeto a ser contratado, a contratação será realizada por meio de licitação, nos termos do art. 28, I, da Lei Federal nº 14.133/2021, com **Cota Reservada**, exclusiva à participação de empresas beneficiadas pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e **Cota de Ampla Participação**, denominada Cota Principal, em atendimento ao Art. 48, III, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

8.1.2. Será selecionado o fornecedor que atender a todos os critérios de aceitabilidade de preços e de habilitação exigidos neste Termo de Referência, e o critério de julgamento a ser adotado será o menor preço.

8.2. CRITÉRIOS DE APRESENTAÇÃO E ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

8.2. A proposta de preço deverá conter as seguintes indicações:

- a) identificação do proponente (Razão Social/Nome e CNPJ/CPF).
- b) a proposta financeira deverá ser formulada, contendo indicação de marca e modelo do(s) produto(s) ofertado(s), bem como o preço unitário por item, total por item e total geral, onde deverão estar incluídos, contabilizados e previstos todos os custos inerentes a execução do objeto,
- c) prazo de validade da proposta que deverá ser de no mínimo 60 (sessenta) dias.
- d) apresentada a proposta, o proponente estará automaticamente aceitando e se sujeitando às cláusulas e condições do presente Termo de Referência.

8.3. CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO - DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

Para a prestação dos serviços/fornecimento de bens pretendidos os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem





como apresentar todos os documentos a título habilitação, nos termos do art. 62, da Lei nº 14.133/2021, tais como:

- Contrato Social;
- Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e Dívida Ativa da União;
- Certidão Negativa de Tributos Estaduais expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual do domicílio ou sede da Licitante;
- Certidão Negativa de Tributos Municipais do domicílio ou sede da Licitante;
- Regularidade para com o Sistema de Seguridade Social – INSS (CND), somente se as contribuições sociais não estiverem englobadas na Prova de Regularidade com a Fazenda Federal;
- Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (CRS);
- Regularidade perante a Justiça do Trabalho (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT);
- Certidão Negativa de feitos sobre falência.

IX – ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. ESTIMATIVA DE PREÇOS

9.1.1. O orçamento da Administração é sigiloso, com fundamento no art. 24 da Lei nº 14.133/2021, e no art. 22 do Decreto Municipal nº 135/2023, e será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances.

9.1.2. O valor de referência dos produtos foi fornecido com base nos preços que integra o processo administrativo nº 1.886/2024, referente a este pregão. Os produtos que deverão ser adquiridos e respectivas quantidades, foram estabelecidos de acordo com o Pedido Interno elaborado pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, que também se encontra anexo ao supracitado processo.

X – DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. O dispêndio financeiro decorrente da contratação ora pretendida decorrerá das dotações orçamentárias:

1,029 – 2833 – 4490 52 00 00 00
1,029 – 2834 – 4490 52 00 00 00
1,020 – 2835 – 4490 52 00 00 00
1,026 – 2839 – 4490 52 00 00 00
1,026 – 2919 – 4490 52 00 00 00

XI – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DAS PENALIDADES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

Doe órgãos, doe sangue: **SALVE VIDAS!**





11.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado durante o certame;

11.1.2. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, e em especial quando:

- a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- c) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- d) deixar de apresentar amostra;
- e) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

11.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.4. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.5. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

11.1.6. Fraudar a licitação;

11.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- a) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- b) induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- c) apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

11.1.8. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.1.9. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013;

11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar; e

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida.
- b) as peculiaridades do caso concreto
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.





11.4. A multa será aplicada em percentual incidente sobre o valor do contrato ou do objeto licitado, salvo disposição em contrário, e recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 1% do valor do objeto licitado.

11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, a multa será de 5% (cinco por cento) do valor do objeto licitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar poderá ser aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do município de Três de Maio.

11.10. A apuração de responsabilidades relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.





11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

Três de Maio, 25 de junho de 2024.

Elisa Ritter Borges – Assessora Pedagógica
RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO

Gelci Pieniz Assmann – Secretária Adjunta da Educação, Cultura e Esporte
SECRETARIA RESPONSÁVEL

